

A CONEXÃO EUA/BRASIL E A "QUESTÃO ARGENTINA" (1942-1944)

*Sandra M.L. Brancato **

A relação dos EUA com a América Latina nas primeiras décadas do século XX foi marcada por momentos de grande tensão, quase sempre gerada pela disposição norte-americana de construir ou afirmar uma posição de liderança sobre todo o continente.

Nesta investida muitas vezes os EUA encontraram aliados dispostos a respaldar seus planos quer por força da coação, quer pela expectativa de que seus próprios interesses fossem, de alguma maneira, beneficiados.

No período 1942/1944 as relações Brasil/EUA evidenciam esta situação, mais especificamente no decorrer da chamada "questão argentina", quando os EUA, com indisfarçável apoio brasileiro, exerceram forte pressão para que o governo argentino reconsiderasse sua posição de neutralidade ante o conflito mundial.

Os efeitos desta conexão Brasil/EUA sobre suas relações bilaterais e sobre as relações de cada um destes países com a Argentina podem ser avaliados, com riqueza de detalhes, através da correspondência diplomática.

AS RELAÇÕES ARGENTINA/EUA NO CONTEXTO DA GUERRA

Depois da Conferência do Rio de Janeiro de 1942, quando a Argentina, juntamente com o Chile, a exceção dos demais países americanos, não rompe relações diplomáticas com a Alemanha, intensifica-se a pressão dos EUA para que o governo

argentino abandonasse atitudes consideradas germanófilas. Cobrava-se especialmente que fossem cumpridos os compromissos assumidos nas conferências interamericanas que vinham consolidando o princípio de solidariedade continental.

Em consequência deste quadro de pressões, o governo argentino, a partir de Ramón Castillo, que assumira a presidência em julho de 1940 devido a doença de Roberto Ortiz, terá muita dificuldade em conciliar os interesses dos grupos de poder interno: enquanto uns defendiam a manutenção do neutralismo ante o conflito mundial, outros desejavam que, sem demora, o governo rompesse com o Eixo, atendendo aos apelos dos norte-americanos. Os militares em sua maioria, engrossavam as fileiras do primeiro grupo, e tinham, principalmente via do chamado GOU (1), forte influência sobre o governo. Os civis, embora sem unanimidade, defenderam muitas vezes a posição pró-aliados. Em setembro de 1942, por exemplo, a Câmara dos Deputados dirigiu uma recomendação à presidência para que rompesse com o Eixo: no mesmo sentido também a CGT encaminhou um documento. A solução encontrada por Castillo neste momento foi seguir temporizando, na busca de um equilíbrio quase impossível ante a pressão externa, somada aos antagonismos internos. Sua queda por força da revolução de junho de 1943 é, em parte, resultado desta política ambígua.(2)

O novo governo tendo à frente primeiro o General Arturo Rawson e posteriormente o General Pedro Ramirez, também não tem uma definição clara, apesar de, com frequência, inserir nos comunicados oficiais a idéia de que a Argentina defendia os princípios da solidariedade continental. Em julho de 1943, o Departamento de Estado norte-americano, tratando do que já era conhecido como "questão argentina", ordena a seu embaixador em Buenos Aires, Armour, que consiga do governo argentino uma declaração que esclareça, em definitivo, a posição do país ante o conflito. A declaração terminou se constituindo em um modelo, por excelência, da ambigüidade argentina: renovava o propósito do governo de estar com os aliados, sem expressar compromissos formais em relação à ruptura, alegando que a presidência não podia dar ao país a impressão de que deliberava sob pressão. Acima de tudo estava em jogo a defeza de sua soberania. (3)

A reação norte-americana não se fez esperar. A resposta de Hull, secretário de Estado norte-americano, foi, como avaliou o *Times* em sua edição de 20 de setembro de 1943, "pulida y afilada como una navaja" (4). Basicamente lamentava que as disposições manifestadas pela Argentina de estar junto aos aliados não se traduzissem em atos. As críticas dos vizinhos do Norte tiveram forte repercussão na Argentina. As posições anti-americanas e ultra-nacionalistas recrudesceram, acompanhadas de uma ferrenha defesa à favor da neutralidade. Vários ministros pró-aliados não conseguiram se sustentar no governo.

A partir de então, com uma intensidade ainda não conhecida, as pressões norte-americanas se tornaram praticamente insuportáveis: os militares argentinos são apontados como cúmplices de um golpe na Bolívia que derrubara o presidente Peñaranda: em Trindad é preso o cônsul argentino Oscar Alberto Hellmuth, acusado de espionagem e ainda de ter como missão, no posto em Barcelona para onde estava destinado, conseguir armas junto aos alemães. Dos EUA vem a ameaça de que as ações argentinas seriam denunciadas à imprensa através de um memorandum.

Finalmente chegava para a Argentina a hora de ceder. Se fossem efetivadas as denúncias, a condenação dos demais países seria inevitável. Sugestivamente, uma vez publicado o memorandum só havia nele acusações à Bolívia e nenhuma referência à Argentina. Parecia que amainavam as pressões norte-americanas, abrindo-se o caminho para que o governo argentino cedesse sem parecer submeter-se. Assim a 26 de janeiro de 1944 a Argentina rompe relações diplomáticas com o Eixo, o que custou à Ramírez, o governo, apesar do esforço feito para mascarar as pressões. Edelmiro Farrell assume o poder havendo então grande empenho no sentido de explicar a queda de Ramirez, um dia após o rompimento com a Alemanha, como uma simples renúncia.

Os EUA fazem saber ao novo governo que continuariam insistindo para que se realizasse na Argentina uma limpeza doméstica dos elementos germanófilos, acompanhada de medidas claras à favor da colaboração panamericana. Esta disposição fica bem expressa em um documento "estritamente confidencial" de Hull à sua embaixada no Rio de Janeiro: "O governo norte-americano não tenciona modificar a sua atual política no que diz respeito à Argentina até que tenha tido uma oportunidade para verificar os futuros desenvolvimentos naquele país e até que tenha a certeza de que a Argentina pretende cooperar plenamente e sinceramente com as demais repúblicas americanas." (5)

A próxima etapa da pressão norte-americana dentro da "questão argentina" estará centrada nas discussões relativas ao reconhecimento do governo de Farrell. A substituição na Casa Rosada entendida como resultado de um golpe militar, tornava o reconhecimento, pelo menos, polêmico, o que será fartamente explorado pelos EUA. Tratava-se agora de conseguir um alinhamento pleno da Argentina usando como barganha o reconhecimento. O parecer oficial norte-americano sobre a "questão argentina" neste momento não deixa dúvidas em relação à atitude que assumiam: "É parecer deste governo que as Repúblicas Americanas e as nações unidas a elas associadas devem aderir firmemente à atual política de não-reconhecimento do regime de Farrell até que, por atos inequívocos, fique plenamente demonstrado que se tem registrado uma modificação fundamental na política argentina em favor da causa

aliada na luta contra o Eixo, e em apoio a união e ação comum inter-americana". A justificativa para uma medida tão extrema vinha fundamentada em fortes evidências: "Desde os primeiros dias da agressão exista contra este hemisfério, a Argentina vem protestando às repúblicas irmãs a sua solidariedade. Todavia, durante dois anos e meio, a Argentina persiste em seguir um rumo de ação contrário, prestando constante auxílio e conforto aos inimigos daquela república. A Argentina tem feito um ou outro gesto porém, em quase cada caso, isso tem servido apenas para dar lugar a falsa esperança de que a Argentina talvez ainda estaria disposta a respeitar a sua promessa de solidariedade continental." (6) Os EUA conseguem que se efetive um bloqueio diplomático à Argentina por parte de vários países, embora o sucesso desta medida não fosse inicialmente pleno. A Inglaterra, por exemplo, apenas limita suas relações; o Brasil, assim como outros Estados americanos, conserva sua missão diplomática em Buenos Aires.

Em julho de 1944, no entanto, a situação se altera: vários países retiram suas embaixadas de Buenos Aires, as exportações para a Argentina são restringidas e seus depósitos congelados nos EUA. A consternação é grande na Argentina aumentando significativamente a aversão aos EUA (7) e o desencanto ante aos Estados americanos que reforçavam o boicote. Em discurso pronunciado no Dia das Américas, Farrell reproduz fielmente estes sentimentos: "Declaro que resulta ingrato a nuestros sentimientos americanistas, el estado actual de las relaciones con algunos de los países del continente. Aún no hemos sido comprendidos pero sin altanerias ni desfallecimientos, esperamos tranquilos el futuro, pues tenemos plena conciencia de la sinceridad con que procedemos fe con la justicia y estamos convencidos que la verdad, que es siempre indestructible, termina por triunfar." (8)

A Argentina solicita, então, uma reunião da União Panamericana para esclarecer sua situação e tentar provar que havia honrado com seus compromissos inter-americanos.

O pedido argentino não é atendido, mas na reunião de Chapultepec, no início de 1945, o cerco começa a ceder. Várias nações americanas, tais como o Chile, Perú e Brasil, já haviam manifestado que não pretendiam ser coagidos a se posicionar ou à favor dos EUA ou da Argentina. Como resultado surge a proposta de que se a Argentina firmasse a Alta de Chapultepec e declarasse guerra ao Eixo, todas as repúblicas americanas reatariam relações com seu governo. (resolução LIX de Capultepec)

A reação a esta nova postura foi praticamente imediata: em 27 de março de 1945 a Argentina declara guerra ao Eixo. Neste momento, mesmo Perón que tanto

resistira a tal medida, não hesita em afirmar: Debemos avanzar con la marea si no queremos naufragar." (9)

A "questão argentina" finalmente se encaminhava de forma satisfatória para os EUA.

"A QUESTÃO ARGENTINA" NAS RELAÇÕES BRASIL/EUA

Durante o longo período que vai de 1942 à 1944 os reflexos da "questão argentina" se fizeram sentir no Brasil de modo muito especial. É preciso ter presente que desde a reunião do Rio de Janeiro vinham se estreitando as ligações entre os EUA e o Brasil (10) evidenciadas tanto por acordo de caráter econômico — a concessão de capitais para a construção da Usina de Volta Redonda é exemplo — como por acordos de ordem política, como é o caso do estabelecimento de bases militares norte-americanas no nordeste brasileiro e a própria participação da FEB nos campos de batalha da Itália. (11)

Os efeitos desta aliança se traduziam para o Brasil em certos compromissos, nem sempre formais, de defender os interesses da nação líder do continente, de modo especial no plano sul-americano, onde o Brasil detinha certa influência, principalmente sobre seus vizinhos menores.

Em parte, como decorrência deste quadro, o Brasil se envolverá cada vez mais na "questão argentina", exercendo, ao lado dos EUA, pressões para que o governo, atendesse, em definitivo, aos apelos reiterados em favor da solidariedade hemisférica.

Nos EUA impressionava muito a atitude de seu aliado, o que terminou servindo aos interesses específicos das lideranças brasileiras, desejosas de manter as vantagens que vinham obtendo por força da colaboração com os EUA. A correspondência recebida por Osvaldo Aranha desde Washington confirmava a boa receptividade alcançada pelo comportamento brasileiro: "Causou magnífica impressão a notícia da intervenção do Brasil junto à Argentina, no apelo para que se una às Nações Unidas", escreve Alfredo Pessoa, em 30 de julho de 1944, complementando: "Todos tem apreciado a sinceridade de nosso país em tudo, e muito especialmente nas relações com os EE.UU. Os norte-americanos estão num crescente de entusiasmo pelos brasileiros, e de tal modo que breve a união entre os dois países precisará de ter sentido ainda mais estreito e original da cooperação econômica." (12)

A interferência brasileira na "questão argentina" fazia-se, no entanto com cautela. As relações bilaterais não deveriam ser afetadas por um conflito aberto, criando um novo problema em área já suficiente conturbada. Neste sentido, desde 1943,

escrevia Rodrigues Alves, embaixador brasileiro em Buenos Aires à Getúlio Vargas: "Vossa Excelência, Senhor Presidente, me fará o favor de me dizer se está de acordo com a maneira por que estou procedendo, cautelosa, com só o propósito de evitar intrigas prejudiciais às nossas relações com esta República. A ruptura seria, sem dúvida alguma, o ideal, mas devemos também evitar que se pretenda ver na nossa atitude qualquer idéia de forçar a República Argentina a tomar uma posição que ela considera contrária aos seus interesses. Vou, em todo o caso, ver a maneira prática de ajudar o meu colega americano, empregando para tanto processos que se coadunem com a nossa tradicional maneira de fazer diplomacia, isto é, de que não vejam na nossa ação o mais mínimo propósito de interferir nos negócios desta República." (13)

Paralelamente à ação direta junto ao governo argentino foi montado pelo Brasil todo um esquema de controle sobre o país vizinho que se organizou à partir do envio de alguns agentes não só à Buenos Aires, como também à outras cidades argentinas, especialmente as localidades na zona fronteiriça.

Os informes destes agentes eram longos, detalhados e enviados com uma impressionante periodicidade. Demonstravam ainda que o esquema de controle obedecia à uma orientação segura visando determinados fins, sobre os quais a presidência da república era informada diretamente. (14)

Outro expediente utilizado para obter informações sobre a evolução da "questão argentina" foi montar um verdadeiro "posto de escuta" no Uruguai que, para tanto oferecia condições ideais.

URUGUAI: UM "POSTO DE ESCUTA"

Após a proclamação da república no Brasil, resolvidas as questões de fronteira ainda pendentes entre o governo deste país e do Uruguai, as relações entre eles tenderam a se normalizar.

Durante o período 1942/44 especialmente, observa-se que o governo uruguaio procurou alinhar suas posições no plano internacional com as brasileiras.

A atitude solidária que o Uruguai assumia era de importância incalculável para o Brasil, pelo menos por duas razões fundamentais: sua posição fronteiriça com a Argentina estrategicamente favorecia os interesses brasileiros e norte-americanos em manter o governo argentino sob cerrada vigilância; beneficiava os planos alimentados por Vargas de conquistar uma posição hegemônica no subcontinente em detrimento de igual plano pretendido pela Argentina. (15)

A importância para o Brasil da ligação com o Uruguai pode ser avaliada pela constância com que chegavam ao Rio de Janeiro notícias sobre este país. (16) Em fevereiro de 1942, as notícias enviadas eram bem animadoras: "Todas as cabeças uruguais com as quais falei depois do encerramento da Conferência do Rio, unanimemente vaticinaram um porvir magnífico para a nossa pátria nestas próximas décadas", informa Batista Lusardo, embaixador brasileiro em Montevidéu, acrescentando: "... saibas que o próprio governo uruguaio vem afirmando que todas as atitudes do Brasil influem, seriamente, nas suas decisões, tanto que rogam os mínimos e mais detalhados informes sobre as medidas que porventura tomemos." (17)

Toda esta predisposição favorável ao Brasil animava a que fossem cada vez mais estimuladas as relações amistosas entre os dois países. É ainda Lusardo que alerta sobre como seria importante envolver o Uruguai também com uma política cultural organizada e dirigida, complemento, por excelência, das ligações políticas já existentes. Para tanto chamava a atenção de que um importante veículo para este fim poderia ser o Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, localizado em Montevidéu, que oferecia sistematicamente um espaço para cursos sobre cultura brasileira e espetáculos artísticos. Entusiasmado o embaixador assegurava que o referido Instituto já contava com 1200 alunos. Também as relações econômicas, em seu entender, não podiam ser descuidadas. A sugestão para que fosse criada uma agência do Banco do Brasil em Montevidéu vinha por esta linha. (18)

As medidas estratégicas sugeridas por Lusardo ganhavam em importância e oportunidade, pois estava provado que a influência sobre o Uruguai possibilitava novas opções de controle sobre a Argentina. O equilíbrio de poder na região do Prata tornava-se fundamental justamente no momento em que se solidificavam as relações Brasil/Uruguai. Neste contexto é preciso lembrar que o Brasil trazia consigo a força de uma outra aliança: a americana, aumentando, assim, as probabilidades de fechar-se estrategicamente o cerco de pressões que vinha sofrendo o governo argentino.

Contudo, a desvantagem argentina não era absoluta. Havia grupos no Uruguai, como o liderado por Herrera, bastante atraídos pelo protagonismo argentino, principalmente pela postura independente que assumia no plano internacional. Estes grupos, na opinião de Lusardo, deveriam estar sob controle sendo assim mais uma razão para o Brasil intensificar sua campanha sobre o Uruguai (19), apesar do próprio Perón reconhecer que a atuação da Argentina sobre este país era limitada. (20)

O significado do Uruguai como "posto de escuta" crescia na mesma proporção em que se agravava a "questão argentina", muito particularmente durante o ano de 1944. Tal circunstância chegou a causar um certo constrangimento entre a representação brasileira em Montevidéu e a de Buenos Aires, como fica bem evidenciado em

telegrama que, em 17 de fevereiro de 1944, Rodrigues Alves recebe de Leão Velloso, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores: "Informo seu interesse temos impressão V. não se acha em Buenos Aires. Direção das informações sobre a situação argentina dada pela embaixada de Montevidéu se tem invariavelmente antecipado às suas. Seria bom corrigir essa impressão que pode refletir nas mais altas esferas do governo." (21)

A gravidade da acusação resultou em uma pronta e dura resposta do embaixador: "Causou-me surpresa e certa pena seu telegrama de hoje, pois se há alguma Embaixada que se esforça sem limites nem sacrifícios para trazer o Itamaraty bem informado de tudo quanto aqui se passa é a que tenho a honra de ocupar. É natural que Montevidéu antecipe informações, pois é hoje essa Capital centro de todas as informações, intrigas e boatos de toda a ordem, que aqui a severíssima censura não permite serem publicadas e que são ali diária e livremente propaladas pelas rádios e pela imprensa e que tem motivado sucessivas reclamações deste governo, com V. sabe (...). Pediria a V. ler minhas cartas ao Ministro Aranha, verdadeiros relatórios com notícias sérias, recolhidas em meios autorizados e que revelam a verdadeira confusão da política argentina neste momento. Estou em Buenos Aires, passando apenas os fins de semana em Mar de Plata, de onde, aliás, estou em comunicação constante com esta Capital." (22)

Não satisfeito de apenas justificar-se ante Leão Velloso, Rodrigues Alves também escreve à Osvaldo Aranha com muita mágoa. "O telegrama que Leão Velloso teve a gentileza de me enviar ontem, causou-me, como lhe disse na minha resposta, surpresa e uma certa pena. Surpresa, porque tenho a consciência absolutamente tranquila de que cumpro o meu dever de Embaixador com escrupulo e com dedicação, procurando servir sempre aos interesses do Brasil com altura e com grande desprendimento. Só por isso é que, talvez, haja chegado ao mais alto posto da carreira quando ainda era jovem. Com certa pena, porque vejo que V., que melhor que qualquer outro conhece o meu esforço e o meu trabalho, consinta em que os considerem sem o reconhecimento devido ao seu valor e à sua importância. Confesso que é a primeira vez, na minha longa carreira diplomática, que me sinto, não direi abatido, mas dolorosamente decepcionado." (23)

A importância do Uruguai como "posto de escuta" ficou particularmente valorizado pela atuação de Góis Monteiro que permaneceu muito tempo em Montevidéu, inclusive atuando junto à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente. Sua experiência no campo político e militar fazia com que sua opinião fosse muito respeitada, até por Rodrigues Alves, que, de um modo geral, se mostrava muito reticente quanto às informações que partiam de Montevidéu. Em 30

de março de 1944 escreveu Rodrigues Alves para Lusardo: "V. tem aí agora um companheiro que pertence à estirpe dos grandes brasileiros. O General Góis Monteiro não é somente um grande soldado, mas só pelo fato de sê-lo pode melhor que nós apreciar a situação e dar desconto necessário ao exagero dos rumores. (24)

Também Décio Coimbra cumpriu um papel de observador em Montevidéu. Em sua correspondência de janeiro de 1944 se pode ler: "aqui estamos, de binóculo em punho, mirando o que vai pela otra orilla (...) Espero brevemente poder enviar a Vossa Excelência uma nova resenha do que observo aqui..." (25)

O "posto de escuta" uruguaio funcionaria para o Brasil ainda por muito tempo, mesmo depois de março de 1945, quando, finalmente, a Argentina declara guerra ao Eixo alinhando-se, à posição dos demais Estados americanos. Seguiria, no entanto, a disputa Brasil/Argentina pela hegemonia no subcontinente, apenas com novos contornos que não eliminariam a importância assumida pelo Uruguai como "posto de escuta".

Quanto aos resultados da conexão Brasil/EUA sobre a Argentina pode-se concluir que foram exitosos para os dois aliados. Os EUA, com a colaboração brasileira, conseguira fechar um cerco eficaz sobre a Argentina, enquanto o Brasil, graças à sua posição de aliado, também obtinha consideráveis vantagens tanto no plano político como econômico.

- * Curso de Pós-Graduação em História
Deptº de História - IFCH
PUCRS
Porto Alegre - RS

NOTAS

- (1) O GOU era uma sociedade secreta militar extremamente atuante na Argentina. Sobre o significado desta sigla escreve Robert A. Potash: "Las mismas iniciales GOU han recibido diferentes interpretaciones: Grupo Obra de Unificación; Gobierno, Orden, Unidad; Grupo Orgánico Unificado; Grupo Organizador Unificador; y simplemente Grupo de Oficiales Unidos. Sin embargo, no cabe duda de que el nombre oficial de la organización fue Grupo de Oficiales Unidos. Fue el título adoptado cuando se constituyó el núcleo, y sus ex miembros aún hoy la denominan así." (POTASH, Robert A. *El ejército y la Argentina - 1928-1945, de Yrigoyen a Péron*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1980, pag. 266-267.
- (2) Sobre a queda de Castillo se lê em Roberto A. Ferrero: "La revolución, como confluencia de sectores disímiles y de distinto peso interior en las Fuerzas Armadas, perseguía propósitos contradictorios. El grueso de los oficiales destituía a Castillo, porque éste se había negado a encabezar desde el gobierno un golpe palaciego destinado a liberarse de la tutela de su partido, anular la convocatoria electoral y mantener la neutralidad

(...) En cuanto a los seguidores de Rawson-también aliadófilo-, les interesaba principalmente terminar de una vez con las prácticas viciosas y fraudulentas que envenenavam la vida cívica del país, sin ir más allá." (**Del fraude a la soberanía popular-1938-1946**. Buenos Aires, Ediciones la Bastilla, 1980, pag. 252-253).

- (3) Em várias oportunidades esta posição é claramente defendida pelo governo argentino. Numa circular de 1º de julho de 1944, dirigida aos chefes das missões diplomáticas argentinas no Rio de Janeiro, Washington, Lima e México, consta: "Este Gobierno (...) no adoptará ninguna medida que pueda ser interpretada como dictada desde el exterior. Los únicos factores que expliquen y determinen nuestra conducta, serán el sentimiento nacional y la auténtica expresión de las fuerzas que han logrado el nuevo régimen político en nuestro país. Jamás aceptaremos que otros gobiernos dicten normas de orientación en nuestros asuntos, aunque la causa por la que luchen merece nuestra simpatía y por más que tengamos interés en sua triunfo." (Arquivo Getúlio Vargas (AGV), Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (CPDOC/FGV), GV.44.01.15.XLIV-54 d. Em 25 de julho de 1944, Caio Júlio Cesar Vieira, observador brasileiro em, Buenos Aires escreve à Getúlio Vargas relatando uma entrevista que tivera com o chanceler argentino Pellufo, onde novamente, viera à tona a preocupação do governo em defender a soberania: "Disse-me (...) que o problema internacional do seu País terá de ser resolvido com a conciliação do sentimento de soberania nacional de que é guardião e guia o atual Governo, com a idéia de solidariedade continental, que se constitui em apanágio dos atuais líderes da situação argentina. Soberania nacional e harmonia continental -- eis a base da solução do problema internacional argentino, segundo expressou-me o General Pellufo." (AGV, CPDOC/FGV. GV. 44.01.15-XLIV-54 a)
- (4) Veja: CONIL PAZ, Alberto e FERRARI, Gustavo. **Política Exterior Argentina-1930/1962**, BS.As., Editorial Huemul S.A., 1964, p. 130.
- (5) Washington, 9 de fevereiro de 1944, AGV, CPDOC/FGV. GV. 14.01.15-XLIII-31 a.
- (6) AGV, CPDOC/FGV. GV. 44.01.15-XLIV-51.
- (7) Mesmo antes deste momento de coerção máxima informações oriundas da Argentina esclareciam: "... os Estados Unidos, é um país detestado pelos argentinos de todas as classes, que se sentem humilhados pelas diferentes declarações do Governo americano em relação à Argentina e sobretudo com a famosa resposta do Senhor Cordell Hull à carta do Chanceler Storni." (Carta de Carlos Alves de Souza Filho à Osvaldo Aranha. Buenos Aires, 28 de maio de 1944. Arquivo Osvaldo Aranha (AOA), CPDOC/FGV. OA, 44.05.28).
- (8) GV. 44.01.15-XLIV-16 b.
- (9) Veja: ROSA, José Maria. **História Argentina, origens de la Argentina Contemporânea**. BS: As., Editorial Oriente, S.A., vol. 13, pag. 124.
- (10) Já em 20 de julho de 1942, Carlos Martins Pereira e Sousa, escreve a Osvaldo Aranha, relatando que, em entrevista com Sumner Welles, este sub-secretário de Estado afirmou que o tratamento dado à Argentina pelos EUA sempre fora inferior ao dispensado ao Brasil, "na proporção de um para três, sendo, agora, de um para seis." (AGV,

CPDOC/FGV. GV.42.07.20/3). Mais tarde, em julho de 1944, respondendo a uma entrevista de James Alan Coogan, diretor no Brasil da United Press Associations, sobre as possibilidades futuras para a colaboração Brasil/EUA, afirma Getúlio Vargas: "A interdependência de interesses garante a solidez de nosso intercâmbio no futuro. O mútuo e amplo conhecimento bastante contribuirá para isto. Pela nossa parte, faremos o possível a fim de estreitar as nossas relações com o grande país amigo. Se após a emergência bélica, os EE.UU. mantiverem as facilidades que vem oferecendo ao nosso comércio, auxiliarem o equipamento de nossas indústrias e continuarem a auxiliar-nos no preparo e treinamento de técnicos, seguramente a sua influência superará a de qualquer outro país do mundo." (Rio de Janeiro, 18 de julho de 1944. AGV, CPDOC/FGV. GV.44.07.18).

(11) Sobre a participação da FEB na 2ª guerra mundial é interessante consultar o trabalho de Gerson Moura, **Sucessos e Ilusões-relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, (principalmente pág. 30 e seguintes). O autor explica que a atuação da FEB na Itália esteve estreitamente vinculada aos interesses norte-americanos de manter suas bases militares no Brasil. Demonstra ainda que Vargas cedeu em relação às bases sob condição de que os EUA fornecessem material bélico e condições para o estabelecimento de novas bases militares no sul do Brasil. Acima de tudo a FEB deveria ser embarcada o quanto antes para a Europa. Imaginava o presidente que participando diretamente da guerra abriria-se para o Brasil um importante espaço nas Conferências de Paz em vias de realização, além de conferir ao país uma provável projeção "como grande potência associada dos EUA." (pág. 38)

(12) OA, CPDOC/FGV, OA. 44.07.30/1.

(13) AGV, CPDOC/FGV. GV.43.06.09-XLI-41.

(14) Alguns destes informes são bastante significativos, como se percebe na correspondência de Rodrigues Alves: "Cumprindo instruções de V.E., estou tratando de me informar convenientemente sobre as atividades militares da República Argentina, nas zonas terrestres, que lidam conosco, sobretudo como patrulhamento no rio Uruguai, na parte que serve este rio de fronteira entre os dois vizinhos." (AGV, CPDOC/FGV. GV.42.03.07.XXXVII-52 - Buenos Aires, 7/3/42); "Conforme prometi a V.E. em uma de minhas últimas cartas, junto tenho a honra de passar às mãos de V.E. cópia das informações que nos foram prestadas pelo Consul Armado Müller dos Reis, por nós encarregado de viajar pela região do rio Paraná e do rio Uruguai, a fim de verificar as obras que estão sendo realizadas com ritmo acelerado, pelo Ministério da Guerra, de construção de quartéis, aeroportos e outras obras de caráter militar." (AGV, CPDOC/FGV. GV.44.01.15-XLIII-35 a, Buenos Aires, 10/2/1944)

(15) As pretensões tanto da Argentina como do Brasil de alcançar uma posição hegemônica no subcontinente marcaram as relações entre os dois países e não poucas vezes terminaram criando um clima de tensão bastante grave. Foi assim, por exemplo, no início do século quando o Barão de Rio Branco e Zeballos travaram aberta disputa diplomática. Nos anos em que nos ocupamos (1942-1944) foram muitos os momentos de tensão,

estimulados, em parte, pela posição do Brasil que, tendo o respaldo dos EUA, tonava-se um vizinho perigoso. A Argentina, por sua vez, pressionada pela coligação Brasil/EUA procurava se fortalecer estendendo sua influência sobre países vizinhos, como o Paraguai e a Bolívia. Devido a esta situação chegavam ao governo brasileiro muitas informações como a enviada por Rodrigues Alves em 21 de dezembro de 1943: "... o que se nota aqui é a preocupação constante do governo de se aproximar cada vez mais dos países vizinhos, compensando-se por esta forma o distanciamento dos EUA. Fala-se mesmo que se pretendia a formação de um bloco sul-americano." (AGV, CPDOC/FGV. GV.43.10.20-XLII-54). Quanto ao apoio norte-americano às pretensões hegemônicas brasileiras, os EUA ofereciam considerável segurança. Contudo não faltava quem aconselhasse ao governo brasileiro a tentar obter maiores garantias. Em 13/3/1944, Góis Monteiro escreve de Montevidéu, depois de constatar que crescia a tensão política em Buenos Aires: "julgo prudente entrarmos em combinações sérias com os EE.UU., indagando até que ponto esse país irá no caso de se agravar a situação sul-americana, a fim de procedermos em conseqüência e estabelecermos as disposições militares que tivermos que tomar conjuntamente." (Documento Confidencial DPD/14/600 (41) da Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa do Continente-AGV, CPDOC/FGV. GV.44.01.15-CAso Argentino I)

- (16) A imprensa uruguaia muitas vezes enfatizou a ligação estreita que aproximava o Brasil de seu país. Quando em agosto de 1942 o Brasil declara guerra ao Eixo, após surgirem em Montevidéu insistentes boatos de que o governo uruguaio acompanharia a posição brasileira, são estes os comentários que aparecem nas páginas de *El País* de 24 de agosto de 1942: "... la situación jurídico-internacional de nuestro país no ha sufrido variante con la entrada del Brasil en la guerra que viene amplificando su ya inmensa zona de depredación y de muerte. en cambio no podemos decir lo mismo en el radio de lo sentimientos colectivos. La nación agredida en ese caso, es una nación con la cual convivimos armónicamente la vida internacional y a la cual nos ligan los estrechos vinculos de la vencidad inmediata, manteniendo con la gran provincia limitrofe de Rio Grande do Sur una marcada identidad de raza, indole y costumbres. De ahí, posiblemente, la versión corrida las primeiras horas siguientes a la actitud brasileña, de que el Uruguay habia seguido el ejemplo del Brasil y aunque no le alcanzaran los agravios, hubiese declarado la guerra en un afán de solidariedad con su gran vecino del Norte."
- (17) AOA, CPDOC/FGV, OA.42.02.20/1, Montevidéu, 20/2/1942.
- (18) Ofício à Getúlio Vargas, AGV, CPDOC/FGV. GV.43.06.09-XLI-25, Montevidéu, 20/6/1943.
- (19) Neste sentido escrevia Batista Lusardo à Osvaldo Aranha: "O Uruguaí, a despeito do grande esforço que faz sincera e lealmente para ficar no bloco Yankee-Brasileiro, já começa a sofrer toda a sorte de perseguições movidas por Buenos Aires. Se nós não dermos assistência moral, material e militar ao Governo Uruguaio, a despeito do esforço que este faz para ficar leal ao bloco referido, não sei se em determinada conjuntura este país não se verá forçado a mudar de rumo. Estas considerações não são descabidas, porque neste momento o partido blanco, em moção votada solenemente hipotecou o

seu apoio à Argentina e o seu chefe, Luiz Alberto de Herrera, já se encontra em Buenos Aires e teve ainda ontem uma conferência de três horas com Farrell e Perón. Luis Alberto de Herrera seguirá depois para Assunção, La Paz e Santiago. Não é sem razão, em face disso, que o Ministro Serrato me dizia esta manhã que as nossas representações nesses países deviam vigiar atentamente os pasos do caudilho Blanco." (AGV, CPDOC/FGV. GV.44.03.24/2, Montevidéu, 24/3/1944.

- (20) Em um pronunciamento à oficialidade no Campo de Mayo, disse Perón, segundo resumo deste pronunciamento distribuído em Buenos Aires: "La Argentina ha obtenido un triunfo diplomático como pocas veces lo tuvo. Hemos logrado quebrar el bloque norteamericano. Chile y Paraguay están con nosotros y solo por la fuerza, con una gran oposición, estan Uruguay y Brazil." (AOA, CPDOC/FGV, OA.44.03.28/1)
- (21) AGV, CPDOC/FGV. GV. 44.01.10-XLVIII-38 a.
- (22) Ofício para Leão Velloso. AGV, CPDOC/FGV. GV. 44.01.15-XLIII-38 c. Buenos Aires, 18/2/1944.
- (23) AGV, CPDOC/FGV. GV. 44.01.15-XLIII-38 d. Buenos Aires, 18/2/1944.
- (24) AGV, CPDOC/FGV. GV. 44.01.10-XLIII-67 b.
- (25) Ofício para Osvaldo Aranha. AOA, 44.01.28/2. Montevidéu, 28/1/1944.